

## PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO RESTAURANTE CENTRAL DOS ESTUDANTES (CALABOUÇO)

*José Antonio Sepulveda  
Gleice Abboud*Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma genealogia do Restaurante Central dos Estudantes, o Calabouço, tendo como foco o período que antecede o golpe de 1964. Destaca-se que foi nesse restaurante que houve o assassinato do estudante Edson Luís, em 1968, durante, pois, o período da ditadura (1964-1985). Tal fato desencadeou uma série de protestos contra o regime, incluindo a conhecida Marcha dos 100 Mil. Portanto, a proposta deste texto é apresentar tal restaurante como um lugar de memória da efetiva participação dos estudantes na vida política brasileira a partir da II Guerra Mundial. O texto foi escrito a partir de fontes primárias, tendo como metodologia a reconstrução histórica do período, com análise documental. Concluiu-se que os estudantes brasileiros foram centrais na construção de uma política pública de segurança alimentar.

**Palavras-chave:** Restaurante Central dos Estudantes; Calabouço; segurança alimentar; lugar de memória.

## HISTORICAL PROCESS OF TRAINING, ORGANIZATION AND STRUCTURING OF THE CENTRAL STUDENT RESTAURANT (DUNGEON)

### Abstract

The purpose of this article is to present a genealogy of the Restaurante Central dos Estudantes, the Calabouço, focusing on the period before the 1964 coup. dictatorship (1964-1985). This fact triggered a series of protests against the dictatorship, including the well-known march of the 100,000. Therefore, the purpose of this text is to present such a restaurant as a place of memory of the effective participation of students in Brazilian political life after World War II. The text was written from primary sources, having as methodology the historical reconstruction of the period with documental analysis. It was concluded that Brazilian students were central in the construction of a public policy on food security.

**Keywords:** Restaurante Central dos Estudantes; Calabouço; food security; memory place.

## PROCESO HISTÓRICO DE FORMACIÓN, ORGANIZACIÓN Y ESTRUCTURACIÓN DEL RESTAURANTE CENTRAL DE ESTUDIANTES (CALAZAR)

### Resumen

O objetivo deste artigo é apresentar uma genealogia do Restaurante Central dos Estudantes, o Calabouço, tendo como foco o período que antecede o golpe de 1964. Destaca-se que foi nesse restaurante que houve o assassinato do estudante Edson Luís, em 1968, durante, pois, o período da ditadura (1964-1985). Tal fato desencadeou uma série de protestos contra o regime, incluindo a conhecida Marcha dos 100 Mil. Portanto, a proposta deste texto é apresentar tal restaurante como um lugar de memória da efetiva participação dos estudantes na vida política brasileira a partir da II Guerra Mundial. O texto foi escrito a partir de fontes primárias, tendo como metodologia a reconstrução histórica do período, com análise documental. Concluiu-se que os estudantes brasileiros foram centrais na construção de uma política pública de segurança alimentar.

**Palabras clave:** Restaurante Central dos Estudantes; Calabouço; segurança alimentar; lugar de memória.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo descrever a luta estudantil, representada na figura de várias entidades, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Metropolitana dos Estudantes (UME), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (Umes), bem como apresentar a genealogia da formação e inauguração do Restaurante Central dos Estudantes, o Calabouço, doravante denominado RCE Calabouço. Vale lembrar que foi nesse restaurante que houve o assassinato do estudante Edson Luís, durante o período da ditadura (1964-1985). Tal fato, em 1968, desencadeou uma série de protestos contra o regime militar, incluindo a conhecida Marcha dos 100 Mil. A proposta, por falta de bibliografia, foi trabalhar com fontes primárias levantadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Como um dos objetivos específicos era identificar a data de criação do restaurante, o nosso recorte temporal foi demarcado por tal data, provavelmente nos anos 1940, indo até o golpe e a instauração da ditadura, em 1964. Vale ressaltar ainda, que os artigos de periódicos utilizados não estavam assinados, por isso optamos por registrar o periódico com a data como referência para facilitar futuras pesquisas sobre o tema.

Visou-se, assim, responder a algumas perguntas sobre o Restaurante Central dos Estudantes (Calabouço), tais como: quem o administrava? Como se deu o aumento das refeições servidas ao longo de mais de uma década? Quais serviços assistenciais eram ofertados aos estudantes, naquela unidade? Quais tensões o movimento estudantil teve que enfrentar para manter em funcionamento o RCE Calabouço? Vale ressaltar que a bibliografia sobre o período em tela eventualmente menciona o RCE Calabouço; entretanto, poucos trabalhos se dedicam a discutir as funções e a importância de tal restaurante como um lugar de memória. O apagamento de tal patrimônio se explica pelo contexto repressor do período ditatorial. Dessa forma, o presente artigo se desenvolveu em três seções: Introdução; O restaurante Central dos Estudantes e as Considerações finais.

Para Pierre Nora (1993, p. 9), a memória e a história não são termos sinônimos. Para ela a memória está ligada diretamente às vivências de um determinado grupo, em seu constante processo evolutivo, e é influenciada pelos processos dialéticos da lembrança e do esquecimento, não sendo ela consciente das alterações sofridas, estando exposta a períodos de ostracismos e revitalizações ocasionais. De acordo com o autor, os lugares de memória, necessariamente, fazem simultaneamente parte de um efetivo material, simbólico e funcional. Para esta pesquisa, o RCE Calabouço representa esse lugar de memória.

Para pensar o contexto, os trabalhos de Araújo (2007) e Poerner (2004) foram fundamentais. Dessa forma, o trabalho que aqui se apresenta é fruto de um apanhado de fontes primárias posta em discussão com o contexto histórico nacional e internacional de guerra (1939-1945). Para pensar, particularmente, o contexto internacional, os principais autores trabalhados foram Cervo e Bueno (1992) e Pecequillo (2011). Tais autores respaldaram toda a reflexão sobre política externa brasileira, permitindo refletir sobre as relações estabelecidas no âmbito das políticas de segurança alimentar.

### O Restaurante Central dos Estudantes - Calabouço

O Correio da Manhã, veículo impresso de grande circulação, publicou no dia 6 de maio de 1952, uma matéria deixando uma pista quanto ao ano em que o restaurante da UNE foi autorizado a funcionar por Vargas: 1942. Ou seja, um ano após a inauguração do RCE Calabouço:

Realmente, começou o MES [Ministério da Educação e Saúde] por afirmar que [n]a data de 1946 [se deu] a inauguração do restaurante da UNE. É de se estranhar que sob a responsabilidade de um ministro do governo Vargas, se atribuía ao general Dutra (1946) a criação do restaurante. Não sabe o MES que foi o Dr. Getúlio que em 1942, autorizou a instalação do restaurante na UNE? (CORREIO DA MANHÃ, 6 de maio de 1952).

O trecho anterior faz parte de uma nota conjunta assinada por UNE, UME, Diretório Central da Universidade do Brasil (DCUB), Ubes e Associação Metropolitana dos Estudantes

Secundaristas (Ames), em resposta a uma nota pública do Ministério da Educação e Saúde (MES), que afirmava que o restaurante teria sido aberto em 1946.

O Diário de Notícias de 16 de julho de 1943, por sua vez, relata um almoço de confraternização realizado, no RCE Calabouço, em celebração a um acordo feito com o Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps) no qual, além de representantes da entidade estudantil, compareceram um representante do ministro da Educação e Saúde, o chefe do Saps, além do administrador do Restaurante Central da Praça da Bandeira e do RCE.

Em uma nota, no mesmo jornal, de 4 de novembro de 1943, consta a deliberação de uma reunião de direção da UNE por manter a oferta de refeições gratuitas aos estudantes mais necessitados, uma vez que houvera uma proposta do Departamento de Alimentação de suspender essas refeições gratuitas, tendo em vista que a entidade passava por dificuldades financeiras. Ainda no mesmo periódico, em 12 de novembro de 1943, na seção chamada Diário Escolar, informa-se uma parceria firmada entre o Departamento de Alimentação da UNE e o Saps, objetivando o envio gratuito de dez refeições diárias, para o que se realizou uma solenidade em que esteve presente o diretor Edson Cavalcante, do Saps, bem como alguns membros da UNE.

O restaurante da UNE servia almoço e jantar. Em nota de 20 de novembro de 1943, publicada pelo Diário de Notícias, ficam evidentes os horários das refeições servidas na sede e o valor cobrado pelas respectivas refeições. O preço era em torno de CR\$ 0,77. “As refeições do Restaurante da UNE, sob a orientação técnica do SAPS, são proporcionadas no seguinte horário: almoço – de 11 às 13:30 horas; jantar – de 17:30 às 19:30 horas. Aos domingos e feriados[,de] 12 às 13:30 horas [...]”

A partir de Dutra (1946-1951), que teve um governo marcado pela austeridade, o que era justificado pela crise econômica então enfrentada no Brasil, começou o que chamamos de boicote ao restaurante da UNE. Por conta disso, as tensões entre MES e UNE se intensificaram. Em 23 de outubro de 1947, também no Diário de Notícias, em uma nota intitulada *Saps*, um leitor denuncia a falta de qualidade do serviço prestado por aquele serviço para com o restaurante da UNE. “O Saps mantém, na União Nacional dos Estudantes, um restaurante cujos serviços queixa-se o leitor - não primam pela boa organização. Há posições em que se espera para o almoço ou jantar varia em 30 a 50 minutos, formando-se intermináveis filas [...]” (DIÁRIO DE NOTÍCIA, 23 de outubro 1947).

Outra ocorrência importante acerca do restaurante da UNE diz respeito a uma nota, publicada pelo Diário de Notícias de 12 de maio de 1948, sob o título *Ainda o incidente ocorrido no caso do estudante* (1948), na verdade uma extensa matéria a respeito da formação da Comissão de Defesa do Restaurante (CDR), que foi impedida de promover uma passeata conhecida como Comissão da Fome, na qual um membro da CDR denuncia a omissão da Comissão de Alimentação da UNE, a qual era composta por Mário Assad, Eno Mattar, Paulo M. Lopes, Miranda C. Santos e Stur<sup>1</sup>. A CDR fora criada em resposta à ameaça dos comandos sanitários, que resolveram que o Saps diminuiria o número de refeições diariamente fornecidas. Alegando falta de capacidade do restaurante, a redução proposta representaria prejuízo para cerca de 600 estudantes, a maioria de cursos secundários, conforme a denúncia apresentada no Diário de Notícias de 12 de março de 1948. Do que se conclui que os estudantes secundaristas não se sentiam representados pela comissão da UNE.

Logo após sua fundação e graças às mobilizações que organizou, a CDR conseguiu fazer com que a ameaça de redução de número de refeições não lograsse êxito. Além dessa conquista, a comissão ainda desenvolveu um estudo sobre a alimentação dos estudantes. Como resultado, elaborou-se um memorial, o qual seria entregue ao ministro da Educação, após a realização de uma passeata. A passeata, todavia, não chegou a acontecer, pois, antes de haver a comunicação do órgão de defesa, conforme relata o Diário de Notícias de 12 de março de 1948, vários jornais publicaram que aquela não seria realizada. A CDR foi convidada então a comparecer à chefatura de polícia, onde foi desmentida a proibição da passeata. Porém, na véspera da realização da passeata, dessa vez autorizada, a CDR recebeu novo convite para comparecer à chefatura de polícia. Lá, foi informada de que a autorização para a manifestação havia sido cancelada, pois o chefe de polícia recebera um ofício da Comissão de Alimentação da UNE, a qual deslegitimava a atuação da CDR. No referido

---

<sup>1</sup> O sobrenome constante na matéria estava ilegível, no material do jornal pesquisado na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

ofício, a UNE classificava os membros daquela comissão como “estranhos da classe estudantil, agitadores e subversivos”. Em consequência dessa nota oficial, ocorreu um ato de violência, no qual estudantes tentaram impedir a entrada dos membros da Comissão de Alimentação no restaurante da UNE, atingindo-os com ovos podres. Na ocasião, um dos presentes, conhecido como Mirabeau<sup>2</sup>, revoltou-se e sacou um revólver, sendo, felizmente, desarmado, em seguida, por outros estudantes.

Devido aos fatos relatados, a UNE destituiu a sua Comissão de Alimentação, no que recebeu a solidariedade dos diretórios acadêmicos. Tais eventos, entre outros, causaram desgastes ao movimento estudantil e serviram de justificativa para que o MES fechasse o restaurante da UNE, no prédio da praia do Flamengo. Coluna do Diário de Notícias de 17 de março de 1948, intitulada *Campanha contra a UNE*, de Osório Borba (1948), saiu em defesa da entidade. Segundo Borba (1948), anticomunistas e integralistas estavam difamando com mentiras a UNE em vários jornais, principalmente o Diário Integralista. No artigo, o autor também elogia Roberto Gusmão, então presidente da UNE, e destaca o trabalho do presidente da UME, Hélio Rocha, filiado à União Democrática Nacional (UDN).

Após o episódio, há novas informações somente no Diário de Notícias de 18 de janeiro de 1949, que faz uma referência à solução encontrada em relação ao restaurante da UNE: o almoço e o jantar dos estudantes serem servidos no prédio do MES. No mesmo dia 18 de janeiro, o Correio da Manhã noticiou o fechamento definitivo do restaurante da UNE: *Fechado definitivamente o restaurante da UNE*.

O ato do Ministério da Educação que proibiu o funcionamento do restaurante instalado na UNE, vem provocando grandes inquietações nos meios estudantis.

Conforme apuramos, ontem, junto aos dirigentes da UNE e os representantes estaduais do conselho nacional dos estudantes, nenhuma explicação por mais amenizada que pareça pode justificar o fechamento do restaurante na atual conjuntura após as declarações expressas do ministro, feitas em tom de promessa, de que mandaria reabrindo na hipótese de interdição do prédio pela polícia. (CORREIO DA MANHÃ, 12 de janeiro de 1949).

A reportagem ainda informa que o então ministro da Educação manteve o fornecimento de alimentação aos mais necessitados. Assim sendo, comenta que o pronunciamento dos estudantes da UNE não se justificava, qualificando-o como desrespeitoso e ofensivo às leis e às autoridades públicas. Outro tema informado na matéria foi a respeito de um ato do ministro, que solicitara à UME, via ofício, a relação dos estudantes de ensino superior. No mesmo ofício, segundo o jornal, o ministro referenciava a intenção de restringir o acesso à alimentação estudantil, e que distribuiria essa função aos diversos restaurantes do Saps. A justificativa para o ato, segundo a matéria, era de que o restaurante da UNE já não atendia às necessidades higiênicas. A matéria relata ainda que os estudantes questionaram a iniciativa:

Ouvidos, ontem, os dirigentes da UNE continuaram manifestando opinião contrária a decisão ministerial, baseados motivos diametralmente opostos. Primeiro, não veem nenhuma necessidade de descentralização, mas sim de centralização de restaurantes destinados a estudantes, possivelmente num bairro como o do Flamengo, onde vive tradicionalmente a sua grande maioria; depois não conseguem perceber qual a diferença existente entre estudantes de cursos secundários e superiores, nem sempre esses últimos, não podendo misturar-se com os primeiros, deverão agora tomar refeições junto aos funcionários públicos, em restaurantes de dois Ministérios, sempre repleto de frequentadores;

---

<sup>2</sup> Mirabeau C. Santos foi membro da Comissão de Alimentação da UNE, acusada por colegas de não exercer sua função (COMISSÃO, 1943).

finalmente se não há represália, o ministro deveria considerar a sugestão da UNE. *CORREIO DA MANHÃ*, 18 de janeiro de 1949).

A sugestão apresentada pela UNE foi a de adiar o encerramento das atividades do restaurante até a construção de um restaurante novo e maior; ou, como alternativa, a construção de vários outros, menores, espalhados pela cidade. Para isso, a UNE recebeu o apoio de lideranças estudantis do país inteiro, via membros do Conselho Nacional dos Estudantes:

O representante de Minas Gerais, o acadêmico Fausto Mata Machado, disse o seguinte: “Continuamos a estranhar a atitude do Sr Mariane. Em entendimento conosco, s. exa. reconheceu que a descentralização do restaurante não podia ser feita logo, chegando mesmo a concordar com a nossa argumentação de que a solução certa seria a construção de outro restaurante especial”. O representante de Pernambuco, acadêmico Antonio Germano Rodrigues, afirmou: o fechamento do restaurante da UNE, nas circunstâncias atuais, é uma medida policial, incompatível, com as funções de Ministro não resolve o problema e cria outros. (*CORREIO DO MANHÃ*, 18 de janeiro de 1949).

Ao longo do ano de 1949, os estudantes encabeçaram uma campanha para o retorno do restaurante da UNE. O Diário de Notícias registrou várias ocorrências sobre o tema. Em 19 de janeiro, publicou uma nota com o título *Proseguirá a luta dos estudantes pela reconquista de seu restaurante* (1949). Em outra matéria, no dia 20 de janeiro, veiculada sob o título *A Câmara dos Deputados se pronuncia sobre os acontecimentos da UNE* (1949), o então deputado Domingos Velasco, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), propunha uma medida conciliatória para a abertura do restaurante universitário, reafirmando, segundo a matéria, o “[...] apoio do seu partido à classe estudantil, em qualquer situação” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 20 de janeiro de 1949).. Em 23 de fevereiro, saiu uma nova notícia, intitulada *Ainda sem solução o caso do restaurante da UNE* (1949).

No mês de junho de 1949, o Diário de Notícias volta a publicar matéria sobre a questão do restaurante da UNE, dessa vez na coluna de Joel Silveira, com o título *Guerra injusta*.

Já não resta dúvida de que existe uma guerra aberta entre o ministro da Educação e os estudantes superiores. Melhor diríamos: uma guerra que o Sr. Clemente Mariani declarou aos estudantes por motivos ainda não tão bem explicados [...] desde que o ministro se desentendeu com a UNE, várias sanções, à guisa de castigo, vêm sofrendo os estudantes por parte do Dr. Mariani. Algumas delas são seríssimas, como o fechamento do restaurante que deixou em dificuldade mais de mil rapazes das escolas superiores do Rio.” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 9 de julho de 1949).

Um dia após a coluna ser publicada, sai uma matéria em que os estudantes voltam a pleitear o restaurante e que informa que eles encaminharam aos deputados um relatório em que denunciam que muitos alunos não tinham como se alimentar em domingos e feriados e no qual atribuem o fechamento do restaurante da UNE a uma punição por parte do MES, em decorrência dos acontecimentos que levaram à depredação de um bonde, em frente à sede da UNE. Os estudantes questionam então se era justo que, por conta da má conduta de uns poucos, o ministério adotasse medidas que implicassem prejuízo a milhares de estudantes ( *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 10 de julho de 1949).

A UNE e a UME, em seus congressos, sempre defendiam a pauta do retorno do restaurante dos estudantes. Essa informação pode ser comprovada no Diário de Notícias, nas seguintes datas: 14 de julho, 3 de agosto, 9 e 30 de outubro de 1949. Nessa última edição, consta um Manifesto de Convocação para o 3º Congresso Metropolitano dos Estudantes Secundários (1949). O que desperta atenção é que, entre os pontos de pauta, constava o pedido para a construção de restaurantes do Saps

nos colégios e a volta do restaurante da UNE. Esse pleito evidencia a falta de políticas públicas, na questão alimentar, voltadas para as escolas de ensino básico.

Em 7 de agosto de 1949, foi noticiada a convocação de uma manifestação universitária para o dia 11 do mesmo mês, Dia do Estudante, na Câmara Federal. Essa manifestação teria por finalidade pressionar o Congresso para que aprovasse projetos de interesse da classe estudantil e que rejeitasse iniciativas como a possível entrega da Faculdade Nacional de Filosofia aos que se chamava de *súditos do Eixo*, ala de extrema direita do movimento dos estudantes. Os estudantes também pleiteavam a rejeição do projeto que objetivava equiparar os práticos (técnicos) de engenharia aos engenheiros. Já dentre os projetos que foram objeto de pressão para que fossem aprovados, estavam a abertura do restaurante da UNE, a gratuidade do ensino e, também, a doação do prédio da Praia do Flamengo do Estado para a UNE.

Conclui-se que o movimento dos estudantes contou com diversas formas de atuação, desde as manifestações de rua e as passeatas até a negociação pela via institucional, por intermédio da qual os estudantes buscavam usar de sua influência para pautarem projetos de leis que fossem do interesse da classe estudantil.

Em 1951, já no segundo Governo Vargas, foram encontradas as primeiras notícias publicadas pelo Correio da Manhã e pelo Diário de Notícias a respeito da construção de um novo restaurante para os estudantes; como vimos antes, tal aspiração fazia parte de um conjunto de demandas da classe estudantil. Nesse sentido, O Correio da Manhã de 11 de abril de 1951 publica uma matéria intitulada *O Restaurante Central dos Estudantes – lutam a UNE, UME, UBES, AMES e DCE por sua imediata instalação* (1951). O texto elencava os quatro pontos defendidos pelas entidades estudantis sobre o RCE Calabouço: o primeiro expressava o desejo das entidades de que o restaurante fosse instalado em caráter definitivo; o segundo, que essa instalação se desse em ponto central da cidade, de fácil acesso aos estudantes; o terceiro ponto defendido era que o restaurante tivesse capacidade para atender no mínimo 5 mil estudantes; já no quarto item, reivindicava-se que na direção do restaurante estivesse representada a classe estudantil. Abordava ainda a matéria pedido de reunião, feito pelos estudantes, ao então ministro da Educação, a fim de oficialmente terem uma posição para definição do local a ser instalado o restaurante. Essa reunião aconteceu e nela os estudantes levaram às autoridades o ponto de vista da classe, acompanhado de um estudo em que se advogava que o restaurante fosse instalado no Calabouço. Para tanto, os estudantes prometeram fazer uma campanha para que o restaurante não fosse localizado na garagem da Esplanada do Castelo. Resolveram, ainda, criar uma comissão com os representantes das entidades estudantis, que seria responsável por divulgar amplamente as resoluções dos *comensais*<sup>3</sup> do MES. Os estudantes das cinco entidades enfatizaram que, caso houvesse êxito, a campanha pela instalação do restaurante fosse atribuída exclusivamente à classe estudantil.

Em outra nota, de 7 de outubro de 1951, no mesmo jornal, abordava-se uma das soluções apresentadas pelos estudantes, para a questão da instalação do novo restaurante: “O restaurante da Faculdade Nacional de Medicina, cujo prédio está construído ao lado, terá capacidade para atender seus 1000 estudantes, aliviando assim o problema da superlotação do Restaurante Central dos Estudantes, ora em vias de conclusão na Ponta do Calabouço.”

Em 4 de novembro de 1951, o Correio da Manhã noticia, em reportagem de capa, que seria finalmente inaugurado o RCE, por determinação do presidente Vargas e instalação a cargo do Ministério da Educação, no dia 5 de novembro daquele ano, às 12 horas. A reportagem ainda trazia informações sobre o preço das refeições, cujo valor seria de CR\$ 2,00. O objetivo era servir até três refeições ao dia, sendo que os planos eram que a capacidade de atendimento fosse logo dobrada. Além disso, a matéria informava detalhes sobre a estrutura da instalação:

O restaurante dotado das mais modernas maquinarias, funcionará, uma cozinha de baixa pressão, com 4 caldeirões de aço inoxidável, com capacidade para 500 litros cada uma, contando, ainda, com um conjunto universal elétrico, constante de dois recipientes de 80 litros, dispendo ainda, de uma grande câmara frigorífica, com capacidade para cerca de 3

---

<sup>3</sup> Termo utilizado para designar os frequentadores do RCE Calabouço.

toneladas de gêneros alimentícios. [...] Ainda, a considerar que a cantina dispõe de 600 lugares em seu recinto de refeições com 15 mesas modernas oferecendo dessa forma, o máximo de conforto. (CORREIO DA MANHÃ, 4 de novembro de 1951).

A reportagem ainda menciona a decoração do restaurante, bem como detalha as instalações externas dos jardins, feita em parceria com a Prefeitura do Distrito Federal. No dia 6 de novembro, o Correio da Manhã, o Diário de Notícias e o Jornal do Brasil fizeram reportagens sobre a inauguração do RCE Calabouço. O Correio da Manhã, além da notícia da inauguração, demonstrou preocupação com a qualidade da refeição servida, que era alvo de constante reclamação por parte da classe estudantil.

Alunos da escola de agronomia presentes à inauguração se mostraram um tanto cético. O almoço, ontem esteve excelente. Mas nem todo dia haverá estudantes como o sr. Getúlio Vargas ou o sr. Simões Filho. Os futuros agrônomos não têm grande confiança no Saps, embora teriam dele alguma experiência: muito louro, muita gordura ligeiramente rançosa, dizem eles. Sopa rala, e feijão não menos... O que for soar. (CORREIO DA MANHÃ, 6 de novembro 1951).

Dias após a inauguração, mais precisamente no dia 13 de novembro de 1951, na coluna *Diário escolar* (1951) do Diário de Notícias, uma nota informava aos comensais que, desde o dia 11 de novembro daquele ano, o Saps passara a funcionar aos domingos e feriados, sendo que aos domingos o jantar era servido mais cedo, o que na expressão da época seria um *ajantarado*. Comprovando o caráter cultural incorporado à identidade do RCE Calabouço, no dia 1º de dezembro de 1951 foi publicada uma nota com a propaganda de uma exposição de pintura no salão em anexo ao restaurante. Esse salão fora cedido pelo ministro da Educação. A referida exposição, organizada pelo Saps, teve por objetivo a comemoração da II Semana Nacional de Alimentação. Durante o evento, foram expostas cerca de 150 telas de artistas nacionais e estrangeiros tais como: Segall, Portinari, Enrico Bianco, Milton Costa e Maria Leontina. O acontecimento contou com cooperação do Museu de Arte Moderna de São Paulo.

Em março de 1952 começaram a surgir os primeiros problemas no RCE Calabouço, quando estudantes da Faculdade de Direito fizeram um comunicado a respeito do aumento do número de comensais e acusaram a UME de negligência no desempenho da sua função administrativa. Esse comunicado deu margem à criação de duas comissões. O Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc)<sup>4</sup> cultivava desconfianças acerca das intenções dessas comissões, acusando-as de comunistas e getulistas. Nas palavras de seus dirigentes, “[...] a política passou a dominar o RCE Calabouço, começando a despontar o mesmo clima de 1949, quando foi fechado o restaurante da UNE” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28 de março de 1952)

Depois disso, a notícia de um aumento no valor das refeições gerou grande agitação na classe estudantil. A UME, então, fez uma nota repudiando o aumento, qualificando-o como prejudicial aos comensais e agravador das dificuldades que os estudantes enfrentavam no seu cotidiano, conforme notícia o Diário de Notícias de 6 de abril de 1952. Um fato que desperta a curiosidade foi a nota publicada pela UME, em 9 de maio de 1952, em que a entidade repudia o que chama de *infiltração de elementos totalitários e comunistas* que, segundo a agremiação, tentavam deturpar a campanha em torno do RCE Calabouço. Para a UME, tais manobras demonstravam uma clara perseguição da ideologia comunista, na época, no movimento estudantil.

Em julho de 1952 começa a se desenhar o que seria o serviço médio no Complexo do Restaurante Calabouço. Antes disso, no dia 17 de junho, uma nota no Diário de Notícias, sob o título *Serviço de injeções dos comensais do Restaurante Calabouço* (1952), faz um balanço das atividades realizadas

---

<sup>4</sup> “O Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc) foi fundado em 1º de setembro de 1935, pelos estudantes da Faculdade de Direito da UERJ. A denominação do Calc é uma homenagem ao fundador e primeiro diretor da Faculdade, professor Luiz Carpenter. A história do Centro Acadêmico confunde-se com a do movimento estudantil brasileiro e sua atuação pautava-se na defesa dos interesses dos alunos na Faculdade de Direito, na Universidade e na Sociedade.” (CENTRO, [20--]).

de 22 de abril a 12 de junho daquele ano, no que se refere à vacinação dos comensais. A nota relata iniciativas de cooperação como a prestada pelo Serviço Nacional de Tuberculose e agradece aos laboratórios da capital, que enviaram 1,3 mil produtos hospitalares para o local. Aponta, ainda, que a maior parte dos curativos foi feita em funcionários do Saps que trabalhavam no RCE Calabouço. Outra menção constante da nota referia-se à prestação de contas a ser enviada ao ministro da Educação, junto a uma espécie de abaixo-assinado subscrito por todos os comensais. O documento solicitava uma sala para o funcionamento de um centro médico no local. Em julho de 1952 o Diário de Notícias publicou uma outra nota, em que constava o balanço geral das atividades administradas aos comensais do restaurante: “Balanço geral das atividades de 22 de abril a 12 de junho corrente: - Injeções intramusculares, 1355; Injeções endovenosas 172; Autohemoterapia 16; curativos, 145; Fornecimento de medicamentos, 605; Medicções diversas, 74; Radiografias de pulmões, 511. Total de atendidos 2878.” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17 de julho de 1952)

A prestação de contas fora enviada ao Ministério da Educação em 11 de julho de 1952. Na data, o ministro recebeu uma numerosa comissão de comensais do RCE Calabouço, inclusive a Comissão Diretora do Serviço de Injeções, que lhe entregou um memorial (já mencionado anteriormente como abaixo-assinado), com mais de 600 assinaturas. Esse memorial pleiteava que o ministro mantivesse à frente do serviço médico a então comissão diretora. O ministro, demonstrando-se solícito ao pleito, prometeu estudar as pretensões dos comensais, que também solicitavam, no documento, uma sala para o funcionamento do serviço médico, uma vez que esse era prestado fora do restaurante.

Anteriormente, no dia 25 de junho do mesmo ano, os estudantes haviam procurado o Diário de Notícias, por meio de uma comissão, para protestar contra uma medida adotada pelo administrador do restaurante, que fixara um aviso informando o cancelamento das refeições por falta d’água, encaminhando os estudantes para realizarem as refeições na Praia Vermelha. Tal fato causou grande indignação dos comensais, pois a condução para efetuar esse deslocamento era escassa. Havia muitas críticas à comissão formada pelo ministro Simões Filho com o objetivo de solucionar os problemas do restaurante. A referida comissão era composta por estudantes e representantes do ministério. Em nota posterior, os estudantes fizeram um apelo pelo cumprimento das obrigações do ministério para com o RCE Calabouço, alertando que “[...] a obrigação do Ministério é manter um restaurante limpo, desenvolver o máximo do seu esforço para tratar os comensais dentro de todo o respeito que o merecem como cidadãos, alimentação farta e dietética”. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 de junho de 1952)

A Comissão Diretora do Serviço de Injeções, composta por Bertha Trindade, Elvira Amâncio de Souza, Manoel Cristino de Miranda e Elias Mutchnik, emitiu então uma nota (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 de junho de 1952) agradecendo a colaboração dos comensais na contribuição voluntária para a manutenção do RCE Calabouço. A comissão, ainda na mesma nota, criticava a UNE por sua omissão nas lutas, tendo em vista que o Capitão Tasso, secretário do ministério, ignorara o pedido dos estudantes, feito no memorial mencionado anteriormente, tendo nomeado outra comissão para gerenciar o Serviço de Injeções. Posteriormente foi criado o Serviço Médico, que já vinha sendo implantado voluntariamente por estudantes de medicina.

Em agosto, o Diário de Notícias já havia publicado uma nota, assinada por Wilson Primo de Oliveira (1952), representante dos comensais do RCE Calabouço, na qual denunciava as péssimas condições de funcionamento do complexo. A nota criticava o ministro da Educação e a UNE, por entender que eles eram responsáveis pelos problemas que afetavam a administração da instituição. Dentre as queixas, reclamava a falta de higiene, pois havia muitas moscas infectando o recinto; reclamava também a substituição da lava-louças por um caldeirão com água fria, para lavar os pratos. Outra preocupação expressa foi acerca dos maquinários quebrados, sem serem substituídos. Além disso, Oliveira (1952) denunciava haver defeitos na instalação elétrica, o que oferecia risco aos estudantes, já que anteriormente havia provocado curto-circuito na rede.

Em novembro de 1952, em sessão noturna da Câmara dos Deputados, foi aprovada por unanimidade uma emenda que aumentou de 4 para 10 milhões de cruzeiros a verba destinada ao RCE Calabouço. Esse aumento atendia a uma das reivindicações dos estudantes: a valoração da verba



viabilizou o atendimento para 3 mil estudantes e a manutenção não só do restaurante, mas também da assistência social que ele prestava, bem como a melhoria das condições de moradia dos estudantes.

Em outro momento, os estudantes criaram no RCE Calabouço uma comissão contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, no sentido de oportunizar aos comensais colaborar com a organização da oposição a esse acordo. Em nota, os estudantes consideram o acordo nefasto e prejudicial aos interesses do país: “Não podemos permanecer indiferentes ao avanço dos abutres contra a soberania e a economia do país [...]. Os estudantes do Restaurante Central se sentem orgulhosos em participar da luta.”. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15 de janeiro de 1953).

Em uma matéria de destaque na coluna *Diário escolar* (1953), veiculou-se a seguinte notícia: “[Há uma] Verdadeira praga de moscas no restaurante dos estudantes”. Segundo a matéria, a praga das moscas estava relacionada ao lixo que era deixado próximo ao restaurante dos estudantes; dizia ainda que a prefeitura ordenara ao Departamento de Limpeza Urbana que não permitisse que fosse depositado lixo naquele local. O Saps, então, foi acusado de jogar lixo nas proximidades do restaurante. Tal acusação foi feita pelo Ministério da Educação, que culpava o Saps pelo lixo jogado nos terrenos baldios. Para remediar a situação, o Saps dedetizou a área interna e externa do restaurante, mas com pouco resultado. O Serviço Nacional da Malária, todavia, não recomendara a dedetização interna por considerá-la prejudicial aos comensais e funcionários, podendo os produtos causar doenças, o que foi ignorado pelo Saps.

O Diário de Notícias do dia 22 de janeiro de 1953 reportou que o secretário de Assistência da UME, Wilson Primo, que também fazia parte dos comensais, considerava justas as reivindicações dos estudantes. O veículo também registrou que Primo afirmara que as providências tomadas pelas autoridades só aconteciam por conta da revolta dos estudantes..

A preocupação com a infraestrutura pode ser observada em duas notas publicadas pelo Diário de Notícias, respectivamente nos dias 10 de julho e 18 de dezembro de 1953. Ambas retratavam a reivindicação, por parte dos estudantes, de obras que iriam atender à demanda da classe estudantil, oferecendo solução para problemas como as goteiras do restaurante, a compra de equipamentos e a realização das manutenções necessárias. Conforme noticiado pelo Diário de Notícias, nos dias 28 de fevereiro e 12 de dezembro de 1953, o MEC, que estava sendo presidido pelo senhor Gilson Amaro, informou que se reunira com dirigentes de diversas entidades do movimento estudantil do Distrito Federal, com representantes do Saps e da Divisão de Obras do MEC e que, após ouvirem as sugestões, entraram em entendimentos a respeito de um plano de trabalho para pôr em andamento as obras necessárias, o mais breve possível.

Em 12 de dezembro, conforme matéria do Diário de Notícias do dia 18 de dezembro de 1953, foi realizada a reinauguração do RCE Calabouço. Na referida reabertura foi oferecido um almoço de confraternização, ato que foi presidido por Getúlio Vargas, presidente na época, também contou com a presença de várias autoridades. A matéria também informou que a primeira-dama fez distribuição de presentes aos estudantes). Já em janeiro do ano seguinte, o periódico publicou uma nota noticiando que a Comissão de Estudantes apontara irregularidades e que protestara contra a direção do Saps, acusando-a de não melhorar as condições de alimentação e do ponto de atendimento ao serviço médico. A nota relata, ainda, a afirmação da comissão de que essas deficiências se deviam tanto aos baixos salários dos servidores quanto à falta de pessoal, sendo esses fatores determinantes para o mau funcionamento do restaurante.

Em matéria publicada na coluna “Diário escolar”, intitulada *Arbitrio do Saps* (1954), os estudantes reclamavam daquilo que eles chamaram de uma arbitrariedade: o fechamento do RCE Calabouço, por 4 dias, sem qualquer aviso. Para eles, as condições em que se deram o fechamento denotavam um evidente conflito entre o Saps e a administração do restaurante.

Em nota do dia 4 de julho, o secretário de Assistência da UME, José Maria Sampaio (1954), informou que no dia 6 seguinte se iniciaria a distribuição dos cartões de acesso ao RCE Calabouço, para os universitários. A mesma nota dirigiu-se aos secundaristas para informá-los de que, a partir do dia 15 do mesmo mês, já estariam prontos alguns cartões. Os critérios adotados para a escolha dos estudantes beneficiados consideravam aqueles com as necessidades mais urgentes e a ordem de inscrição. Já no caso dos universitários, eram considerados somente aqueles com necessidades imediatas. Essas informações sobre as inscrições dos secundaristas no RCE Calabouço, inclusive

sobre o local em que essas ocorreriam, na sede da UME, foram publicadas pelo Diário de Notícias do dia 17 de maio de 1954.

As fontes pesquisadas não relatavam precisamente a partir de quando os estudantes passaram a se alimentar no RCE Calabouço, visto que, com a medida para fechar o restaurante da UNE, os estudantes secundaristas não puderam fazer as refeições no MES e, como já mencionado sobre a inauguração do RCE Calabouço, este também foi destinado a atender aos estudantes universitários.

Em dezembro de 1954, Wilson Primo de Oliveira, representante dos comensais, denuncia o abandono do RCE Calabouço em uma matéria na qual faz críticas à Divisão Extraescolar do Saps e à UNE. Essas críticas referiam-se à negligência da Divisão Escolar do MEC, que, segundo o texto, continuava “[...] ignorando a existência do Restaurante Central dos Estudantes, cuja situação é por demais lastimável [...]” (Diário de Notícias, 9 de dezembro de 1954). A matéria ainda destaca uma tentativa de fechamento do restaurante sob o pretexto de uma nova reforma que os estudantes provaram ser desnecessária. Tal tentativa gerou repulsa da classe estudantil, o que ocasionou o recuo dessa providência por parte da Divisão Extraescolar. De acordo com a matéria, os estudantes demonstraram-se surpresos com aquele órgão, manifestando-se a esse respeito em nota oficial assinada por dirigentes da UME, após uma reunião em que lhes fora informado que a medida objetivaria, supostamente, dotar o RCE Calabouço de novas e confortáveis instalações. Para a classe estudantil, o que o restaurante realmente necessitava, à época, era de outras melhorias, tais como reparos nos fogões, caldeirões, frigoríficos, ventiladores, entre outros equipamentos carentes de manutenção apropriada.

Em 1955, de acordo com matérias veiculadas pelos jornais Diário de Notícias de 5 e 8 de julho e Correio da Manhã de 5 de julho, o Diretório Acadêmico Leonel França, da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC), convocara a classe estudantil a protestar contra a entrega do RCE Calabouço para a concorrência de firmas do setor privado. Assim, em 8 de julho, houve uma convocatória da UNE para uma assembleia com a finalidade de discutir quais ações a entidade tomaria frente à ameaça de entrega do RCE Calabouço à exploração das firmas particulares.

Uma comissão para tratar do assunto foi constituída pelo Conselho da UME. Em nota publicada dia 10 de julho, informa-se que no dia 5 anterior o ministro da Educação e Cultura declarara em audiência concedida à comissão dos estudantes que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) manteria o RCE Calabouço associado com o Saps, segundo o desejo dos comensais. Outra matéria, publicada no Diário de Notícias de 2 de setembro de 1955, chama a atenção para uma notícia de fechamento do restaurante. Derivou daí um pleito dos estudantes, junto à Reitoria da Faculdade de Medicina, para que os comensais do RCE Calabouço pudessem realizar as refeições em seu restaurante. O referido pleito justificava-se, uma vez que restaurante da UME estava fechado, sem que em nenhum momento seus motivos tivessem sido explicados. Ressalta-se que não se localizou em nenhum outro periódico da época qualquer menção a tal fechamento.

Em 1956, foram encontradas poucas notícias envolvendo o RCE Calabouço, nas fontes pesquisadas. A mais relevante para a pesquisa data de 22 de fevereiro, em matéria cujo tema tratava do funcionamento do restaurante:

Os estudantes têm participação ativa na administração do RCE, colaborando com a Divisão de Educação Extraescolar do Ministério da Educação e Cultura. A União Metropolitana dos Estudantes expede os cartões de refeição e superintende os trabalhos do Restaurante. As refeições são calculadas e determinadas por nutricionistas, sendo preparada e servida pelo Saps. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22 de fevereiro de 1956).

No ano de 1957, o RCE Calabouço é citado três vezes no Diário de Notícias. Uma das notas, publicada em 16 de agosto, relatava a inauguração de uma livraria. No dia 17 de agosto, o mesmo periódico informava que a nova livraria oferecia preços acessíveis aos estudantes e que estava localizada no complexo do restaurante. A nota informava também acerca da inauguração de uma barbearia. A ocorrência de maior relevância daquele ano data de 17 de março: uma matéria com o título *Precisa ser imediatamente vistoriado o restaurante dos estudantes no Calabouço* (1957), dado que ele

encontrava “[...] prejudicada a preparação dos alimentos devido ao lastimável estado da cozinha [...] [e a um] desabamento parcial no frigorífico”. O texto informava ainda que os estudantes solicitaram ao Serviço de Engenharia do Saps um levantamento das obras e que, enquanto o restaurante estivesse passando por reformas, no mês de abril, seus comensais seriam distribuídos pelos outros restaurantes do Saps.

A partir dos anos 1960, os jornais mudam o tom em relação ao movimento dos estudantes. Se, antes, eles noticiavam os eventos e reivindicações do movimento na qualidade de defensores dos interesses da classe estudantil, a partir de então eles assumem uma posição contrária a qualquer ação estudantil, se colocando como inimigos das causas do movimento.

De todo modo, em 1º de janeiro de 1960 é noticiada uma passeata ocorrida no dia anterior, motivada pelo aumento do valor unitário das refeições no RCE Calabouço. Com o aumento, as refeições passariam de Cr\$ 2,00 para Cr\$ 25,00. A notícia também cita uma ordem de fechamento do RCE Calabouço, dada pelo ministro Clóvis Salgado. A passeata ficou marcada pelo enterro simbólico deste, numa iniciativa organizada pelos manifestantes. Entretanto, o que fica mais evidente na matéria é o relato da violência policial praticada contra os estudantes. Segundo o periódico, feriram-se brutalmente cinco estudantes. Os nomes de algumas das vítimas foram mencionados, bem como detalhes das agressões por eles sofridas:

No Hospital Souza Aguiar, receberam socorro Luiz Barbosa, de 29 anos [...], [com] fortes contusões no pescoço produzidas por espancamento [, assim como] [...] Afonso Áreas Lobão, 20 anos [, vítima de] [...] ferimentos incisivos na face, tórax e braços produzidos por estilhaços de granada e gás lacrimogêneo. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1 de janeiro de 1960).

Em julho de 1960, uma reportagem ostentava o título *Restaurante ameaçado provoca marcha ao Palácio Guanabara* (1960)<sup>5</sup>. A matéria relatava que o movimento estudantil agia em decorrência da ameaça de fechamento do RCE Calabouço, quando uma empresa pública que fornecia os alimentos para o restaurante se encontrava em vias de extinção e, ao mesmo tempo, o Saps se negava a assumir o controle do RCE Calabouço sem a aprovação do presidente da República. A reportagem relatava que a passeata ocorreria de forma pacífica, após uma assembleia na UNE, e que teve por finalidade conseguir que o governador apoiasse a causa dos estudantes. Rumaram, na ocasião, os estudantes da Praia do Flamengo até o Palácio Guanabara, residência oficial do governador, que os recebeu representados por uma comissão, enquanto os demais estudantes se mantiveram nos jardins do palácio. Na audiência, o governador enfatizou que a solução desse problema não era de competência estadual, todavia se comprometeu a empenhar esforços para resolver a grave situação, uma vez que, provisoriamente, o Saps liberaria o fornecimento de refeições. Essa liberação duraria até que fosse aprovada a minuta que o presidente da UME levaria a Brasília para aprovação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap), órgão que, então, promovia a produção e o escoamento de produtos, no país.

No dia 8 de junho de 1961, o Diário de Notícias publicou uma reportagem sobre um conflito entre membros da UME e alunos da Escola Nacional de Engenharia (ENE). O periódico relata que, após o Saps descumprir o convênio firmado com o MEC, a UME reuniu um grande número de frequentadores do RCE Calabouço, os quais se deslocaram para a Faculdade de Engenharia. Os estudantes dessa instituição, todavia, não concordaram com a realização da manifestação ali, alegando que ela atrapalharia o andamento das provas. Segundo o jornal, o fato gerou conflito entre os manifestantes e os estudantes da Faculdade de Engenharia, o que ocasionou atos de depredação do prédio. Representantes da UME afirmaram ao reitor Calmon, que era chefe do gabinete do MEC e diretor da ENE, que o conflito fora provocado por elementos alheios à classe, sendo que testemunhas não concordavam com a afirmativa. Dado o ocorrido, parte dos acadêmicos consideraram justo o

---

<sup>5</sup> Jornal Correio da Manhã, 8 de julho de 1960, pg.9

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_07&pasta=ano%20196&pesq=restaurante%20amea%C3%A7ado&pagfis=7103](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=restaurante%20amea%C3%A7ado&pagfis=7103)

fechamento da UME, pois responsabilizam seus integrantes por outros eventos parecidos que aconteceram na Universidade do Brasil.

O chefe de gabinete sugeriu, depois disso, que fosse feito um pedido de desculpas à ENE, por meio de nota pública dos estudantes, e que fossem apurados os responsáveis pelos atos de depredação, além de se fazer um levantamento dos prejuízos causados. Em decorrência do conflito, estudantes também foram detidos. Em agosto, os alunos da Escola de Medicina (EME) denunciaram que, após se desligarem da UNE, os alunos da EME teriam sido proibidos de frequentar o RCE Calabouço, acusando a UME de proibi-los de fazerem ali suas refeições. Alegavam, na denúncia, que o restaurante não era de propriedade da UME e, finalmente, pediram a intervenção do MEC:

Acreditamos que o ministro da Educação intervirá no caso. Seria inconcebível que um órgão público continuasse mantendo um serviço, com o restaurante Calabouço, apenas para servir de pressão e opressão aos estudantes cuja culpa e serem estudantes e não pelegos a serviço de políticos ambiciosos que se utilizam da classe para subir na vida e nos cargos da República (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 30 de agosto de 1962).

O Correio da Manhã de 30 de agosto de 1962 publicou uma matéria, de primeira página, com o título *Terrorismo alimentar para evitar desligamento da UME* (1962). A matéria fazia uma agressiva alusão aos fatos envolvendo os militantes da entidade. No dia 17 de maio de 1963, há uma nota relatando a luta da UME pela reforma do RCE Calabouço. Em 29 de agosto, uma publicação notícia a acusação feita por parte do governo, sobre ligações da UNE com o comunismo, através de um depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da UNE, que, segundo a reportagem, averiguava o envolvimento da entidade com o Partido Comunista: “Frisem, por outro lado, que a UNE faz promoção de alguns parlamentares e pleiteia ministério, jamais realizando ao que lhe consta, movimento de caráter apenas estudantil” (CORREIO DA MANHÃ, 29 de agosto de 1963).

Uma das últimas publicações do Correio da Manhã antes do golpe militar-empresarial data de 31 de agosto de 1963 e relaciona-se às ações do governo em prol de aumentar as verbas para a alimentação dos estudantes no RCE Calabouço. A matéria também tratou sobre a expansão do restaurante e informou sobre a dotação de verba (Cr\$ 700 milhões) “[...] para construção de novos restaurantes e centros estudantis no resto do país” (GOVERNO, 1963). Por último, no dia 5 de dezembro de 1963, uma nota do mesmo periódico fez menção à expansão das atividades da UME (UME, 1963).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, desde sua origem, ainda na sede da UNE, e posteriormente no RCE Calabouço, os comensais tiveram uma trajetória de luta para que o serviço não só não fosse retirado da classe estudantil, como também que fosse ampliado e aprimorado. Mesmo com todos os problemas relativos à falta de higiene e à insatisfatória qualidade das refeições, o restaurante era, para muitos estudantes, a única forma de se alimentar. Tratava-se de um período de muita ocorrência de fome no país, uma grave questão que, no tempo abrangido por este artigo, estava muito longe de encontrar uma solução. Os estudantes do Distrito Federal e, posteriormente, da capital do estado do Rio de Janeiro, após a mudança da capital para Brasília, necessitavam daquela política pública para que pudessem se manter estudando.

Outro fator importante a se destacar é que o RCE Calabouço deixou de ser apenas um restaurante e passou a prestar inúmeros outros serviços para a classe estudantil. Dentre esses serviços, pode-se citar a policlínica, em um momento em que não havia Sistema Único de Saúde (SUS). Também não se pode menosprezar outros importantes serviços oferecidos, tais como sapataria, barbearia, livraria, ótica, que cobravam preços acessíveis para os comensais, uma vez que a maioria dos estudantes era de situação economicamente fragilizada. Nesse sentido, o RCE Calabouço passou a ser foco de mobilizações políticas e sociais, um lugar geográfico de encontros e referências políticas que envolviam, inclusive, a participação ativa do Poder Executivo federal.

Em suma, respondendo às perguntas que nortearam este artigo, o RCE Calabouço foi administrado por diferentes entidades estudantis. De modo geral, a UNE e a UME foram

responsáveis pela organização interna do restaurante, tal como emissão de carteirinhas, cobrança de manutenção da entidade... Toda a alimentação era fornecida pelo Saps. Todavia, tal posicionamento gerava uma tensão constante entre os estudantes e o Estado, pois havia sempre a necessidade de se ampliar o atendimento estudantil com um custo baixo, o que obrigava o Estado a manter uma infraestrutura mínima para prover tal atendimento, o que demandava mais investimento do poder público. Vale ressaltar, por fim, que a relação entre o Estado e os estudantes até a ditadura (1964-1985) era mais amistosa, pois se entendia que estes representavam a promessa de um país produtivo. Isso se modifica a partir dos anos 1960, nos quais a imagem dos estudantes se altera para uma perspectiva de antagonismo, pois eles passaram a ser vistos, principalmente após a Revolução Cubana (1959), como potenciais agitadores ou revolucionários comunistas.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- CENTRO Acadêmico Luiz Carpenter – Calc. *Direito Uerj*, Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <http://www.direito.uerj.br/calc/>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, 1981.
- PECEQUILO, Cristina Soreau. *A política externa dos Estados Unidos: contribuições de mudanças?* 3. ed. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2011.
- POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5. ed. Rio de Janeiro: Brooklin, 2004.

## OUTRAS REFERÊNCIAS:

- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1949.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1951.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 out. 1951.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 nov. 1951.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1951.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 maio 1952.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ago. 1952.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1955.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1957.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1957.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1957.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1962.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 maio 1963.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1963.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1963.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1963.
- Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1943.
- Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1943
- Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 out. 1943.

*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 nov. 1943.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 6, 12 nov. 1943.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 out. 1947.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1948.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 17 mar. 1948  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 maio 1948.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1949.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1949.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1949.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1949.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 jun. 1949.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1949.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 ago. 1949.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 out. 1949.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1951.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1º dez. 1951.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1952.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1952.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 maio 1952.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1952.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1952.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1952.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1953.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1953.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1953.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 maio 1954.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 jul. 1954.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 dez. 1954.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1955.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 set. 1955.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1º jan. 1960.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, jul. 1960.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 jun. 1961.  
*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1962.